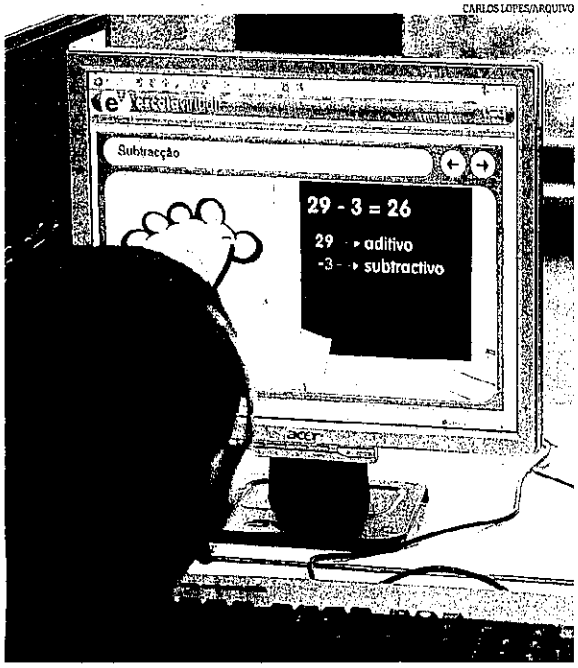
Madeira e Açores têm das piores notas do país

Tolentino de Nóbrega

Razões históricas e culturais, baixos níveis de literacia e pobreza são alguns dos factores apontados nas regiões autónomas para explicar maus resultados

As regiões da Madeira e dos Açores tiveram, em 2009, das piores médias nos exames nacionais do ensino secundário. E não há nenhuma escola das ilhas entre as 100 primeiras do país. Enquanto o governo madeirense desvaloriza o ranking elaborado a partir das notas dos alunos, o executivo dos Açores reconhece que "o meio social e cultural tem muita influência nos resultados".

Nos últimos dez lugares da lista das 600 escolas do país ordenadas pelo PÚBLICO da melhor para a pior média nos oito exames do ensino secundário mais concorridos há dois estabelecimentos de ensino públicos madeirenses: as escolas básicas 2+3 de São Roque, no Funchal (na 593.ª posição), com uma média de 7,9 nas provas realizadas, e a escola do Carmo, em Câmara de Lobos (595.ª posição), com 7,7.



CARLOS LOPES/ARQUIVO

Experiência virtual na escola básica da Calheta

Nos Açores a pior posicionada no ranking é a básica e secundária de Santa Maria (585.ª), em Vila do Porto, com 8,4 valores.

A Secundária Jaime Moniz, no Funchal, é, na região, o estabelecimento de ensino que melhor desempenho tem (164.ª posição, 11,2 de média). Nos Açores, destaca-se a Escola Básica e Secundária de Velas, 11,3 de média, 150.ª posição.

Para Lina Mendes, responsável pela Educação no governo dos Açores, "os rankings têm o valor que têm" e "os resultados são importantes, mas não revelam o todo de uma escola e do sistema educativo".

"Há [nos Açores] um conjunto de factores, sobretudo um deficit de literacia por razões históricas e culturais que não conseguimos recuperar numa década. Temos crianças netas e bisnetas de analfabetos", diz Lina Mendes que admite ainda que "a localização geográfica é um factor que condiciona os resultados e que representa outra dificuldade".

Atribuindo ao Ministério da Educação "o propósito de distrair" com a publicação dos dados que permitem elaborar rankings, Rui Anacleto, director regional de Educação na Madeira, considera impossível comparar resultados de realidades tão diferentes, como por exemplo a de um estabelecimento de ensino privado, cuja prestação mensal é de 500 euros, com uma escola integrada num contexto social mais desfavorável. "Resistiremos sempre à tentação de comparar o incomparável", reage o governante madeirense, furtando-se a comentar as baixas médias do arquipélago.

Já para André Escórcio (PS), membro da comissão parlamentar da Educação na Assembleia da Madeira, os maus resultados da região não causam qualquer estranheza. "Eles são a consequência da ausência de políticas a montante da escola, nas famílias, onde a pobreza e a exclusão atinge cerca de um terço dos habitantes, e a jusante, na escola, onde existe uma histórica incapacidade política para organizar o sistema educativo no sentido da excelência."

Na Madeira, continua, "o sistema escolarizou, não educou para a responsabilidade" e para o sucesso. "A política educativa na região resume-se à construção de edifícios, nem sempre bem, uma vez que estabelecimentos de ensino para mil e dois mil alunos não favorecem uma educação de qualidade."

Rankings e liberdade de escolha

Opinião

João Alvarenga

A avaliação de escolas é hoje um tema inultrapassável na discussão sobre a melhoria do sistema educativo português. Causa ou consequência desse facto são os rankings de escolas elaborados anualmente nos órgãos de comunicação social, a partir das notas dos alunos nos exames nacionais de 12.º ano.

Há quem questione fortemente os rankings e quem os defenda em silêncio. Quem os questiona, levanta o problema de estes não terem em conta o contexto social dos alunos, que é um factor determinante para o seu sucesso escolar. Quem os defende, argumenta que se há escolas que não são comparáveis, há outras que o são e depende de cada um fazer uma leitura informada destes resultados. Em nossa opinião, ambos têm razão. É verdade que o contexto social de origem dos alunos tem algum impacto no seu sucesso nos exames nacionais, mas também é verdade que escolas com alunos de contexto similar podem ser comparadas a partir dos resultados nos exames. O que já não é verdade é que seja fácil que o cidadão comum possa filtrar a informação que recebe dos rankings contextualizando cada escola e o seu resultado.

Para nós, o problema dos rankings não reside na informação que estes nos dão - e dão muita. O problema dos rankings reside no facto de, desde que surgiram, não serem públicos outros indicadores de actividade que permitam aos portugueses conhecer o que se passa nas escolas de todos. Quanto custa diplomar um aluno em cada escola? Quanto poupa o Estado com o ensino privado? Quanto custa o abandono escolar? Quantos alunos melhoram nos exames ao longo dos ciclos de ensino? Qual o valor acrescentado de cada escola? Nenhuma razão técnica justifica esta opacidade em relação ao sistema de ensino que é financiado com os impostos de todos.

No ensino privado ligamos aos rankings. Não reduzimos a função da escola à aquisição de conhecimentos, mas acreditamos que não há crescimento e desenvolvimento pessoal e social sem aquisição de conhecimento. Acreditamos ainda que todos os alunos são capazes de aprender. E, por isso, preocupamo-nos em verificar como evolui a nossa escola ao longo dos anos quando comparada com outras.

No ensino privado não tememos a avaliação porque convivemos com ela desde sempre. Os nossos avaliadores são os pais dos nossos alunos e o nosso sucesso mede-se pela confiança que, geração após geração, depositam em nós ao escolher-nos como parceiros educativos dos seus filhos. E fazem-no de livre vontade e com grande sacrifício financeiro. Aqueles que podem pagar, claro. Porque aos outros, o Estado não só não lhes dá meios para realizar a sua opção educativa, como também não lhes dá informação sobre o desempenho da sua escola. Fica feito o desafio: se a supremacia do privado no ranking é fruto apenas da origem dos alunos, então deixem que todos optem, querendo, pelo privado. Depois avaliaremos o resultado.

Presidente da Associação de Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo (Aeep)

"Sempre senti que estava numa escola de excelência"

Opinião

Joana Gonçalves

Fui aluna da Escola Secundária Carlos Amarante (ESCA), em Braga, durante os meus três anos de secundário - uma escola que chegou a aparecer nos primeiros 30 lugares do ranking feito a partir dos exames nacionais, mas que, ultimamente, tem caído para lugares entre os 50 e os 70, dependendo dos critérios utilizados.

Este ano aparece com uma média global de 11,72 valores, o que me deixou orgulhosa. Apesar de ser uma nota baixa, é necessário ter em conta o número de provas realizadas. Na grande maioria dos estabelecimentos que estão nos primeiros lugares do ranking realizou-se um número de exames nacionais muito menor do que na escola que frequentei, onde foram feitas 1089 provas.

Na ESCA sempre senti que estava numa escola de excelência. Sempre tive bons professores, sempre senti que éramos muito bem preparados para os exames e para as relações com os outros. Nunca senti que um colégio ou outra escola pública tivessem mais condições para ensinar, nem melhores professores, ou melhores resultados na prática.

Não penso que o facto de o topo do ranking ser dominado por estabelecimentos de ensino privado signifique uma deterioração do ensino público. Frequentei, desde sempre, o ensino público e sinto que sempre saí a ganhar. Independentemente do lugar da ESCA no ranking, esta continua a ser, para mim, uma escola a ter como referência e como exemplo. É preciso ter em conta que os conhecimentos transmitidos e a qualidade dos alunos por vezes não se vêem nas boas notas dos exames, mas também noutras capacidades que poucas vezes são avaliadas numa prova.

Ex-aluna da Escola Secundária Carlos Amarante (Braga), colaboradora do blogue do PÚBLICO Nota Final